



A presente obra nasceu em 2010 como um livro manual de apresentação das noções fundamentais do direito agrário e seus institutos, mas sem deixar de lado suas relações com o direito ambiental, especialmente considerando os mandamentos constitucionais de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, daí o seu título de Manual de direito agrário constitucional: lições de direito agroambiental.

Com a primeira reimpressão em 2012, e agora esta nova edição, nos alegra em perceber que o objetivo de ampliar no âmbito do direito agrário as novas concepções do socioambientalismo consagrado pela Constituição de 1988 foi bem aceito pela comunidade, o que nos impôs uma atualização da obra com ampla revisão e atualização de acordo com diplomas legislativos posteriores à primeira edição, especialmente o novo Código Florestal, Estatuto da Igualdade Racial etc., sempre olhando a jurisprudência mais significativa, especialmente do STF, o que ensejou que todos os capítulos fossem revistos, alguns até reescritos e abertos novos capítulos, e procedendo uma revisão da linguagem dando-lhe maior unidade, o que impõe dizer que hoje é outro livro.

Sem rigor, destacamos os principais temas que foram atualizados e revistos, como o capítulo das Posses Étnicas, interpretação da oitiva das comunidades indígenas e sua natureza jurídica, a discussão sobre as terras devolutas e sua dominialidade, Terrenos de Marinha, Terras de Faixa de Fronteira, o usucapião constitucional.

Foi criado capítulo sobre a demarcação para regularização fundiária de interesse social, ampliado o capítulo sobre limitação administrativa provisória e sua distinção do instituto das terras reservadas, ampliado o capítulo sobre Reforma Agrária, para discutir a sua relação com o abuso do direito de propriedade pelo não cumprimento da função social, e sua relação com a denominada PEC do trabalho escravo, bem como revisão dos capítulos sobre o processo da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Totalmente reescrito o capítulo sobre Reserva Legal, Contratos e convênios de exploração florestal, redigido capítulo sobre Contratos Agrários, atualizado capítulo sobre a

Declaração de Nulidade de Registros Imobiliários através de Pedido Administrativo, deixando mais claro a necessidade de combate firme à grilagem de terras públicas.

Reafirma-se que a característica da obra de não separar de forma estanque determinados assuntos de direito material de temas correlatos do direito processual revela o significado prático que se pretende vislumbrar na compreensão dos institutos, para despertar o senso de que o problema do Direito Agrário é dar significado à democracia e igualdade pelo trabalho na terra.

Agradecemos a acolhida e esperamos, sinceramente, que continue o livro a ser útil para a comunidade jurídica brasileira.

Belém, 26 de junho de 2014.

Os autores

MANUAL DE DIREITO AGRÁRIO CONSTITUCIONAL

Lições de Direito Agroambiental

**IBRAIM ROCHA
GIROLAMO DOMENICO TRECCANI
JOSÉ HEDER BENATTI
LILIAN MENDES HABER
ROGÉRIO ARTHUR FRIZA CHAVES**

Autores

Área específica
Direito Agrário

Áreas afins
Direito Ambiental

Público-alvo
Estudantes e Profissionais do Direito.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000753

I14M	Rocha, Ibraim et al Manual de direito agrário constitucional: Lições de direito agroambiental \ Rocha, Ibraim ; Treccani, Girolamo Domenico ; Benatti, José Heder; Haber, Lilian Mendes ; Chaves, Rogério Arthur Friza. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 624p. ISBN 978-85-450-0037-2 Direito Agrário. Direito Ambiental. I. Título. II. Rocha, Ibraim. III. Treccani, Girolamo Domenico. IV. Benatti, José Heder. V. Haber, Lilian Mendes. VI. Chaves, Rogério Arthur Friza. CDD: 344.046
	CDU: 349.42

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): ROCHA, Ibraim et al. Manual de direito agrário constitucional: Lições de direito agroambiental. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

SUMÁRIO

PARTE I

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO AGRÁRIO

PARTE II

AS POSSES

PARTE III

PROPRIEDADE RURAL E O SEU REGIME JURÍDICO

PARTE IV

LIMITAÇÕES AMBIENTAIS AO DIREITO DE PROPRIEDADE

PARTE V

POLÍTICA AGRÍCOLA

PARTE VI

REFORMA AGRÁRIA

PARTE VII

CONTRATOS AGRÁRIOS

PARTE VIII

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONCESSÕES DE EXPLORAÇÃO
FLORESTAL

CONCLUSÕES GERAIS